

INTERSECÇÕES ENTRE POLÍTICA EXTERNA E REPRESSÃO POLÍTICA: A ATUAÇÃO DO ITAMARATY NO CHILE DURANTE O GOVERNO DE SALVADOR ALLENDE (1970-1973)

Alessandra Beber Castilho¹

RESUMO

O presente artigo discorre sobre a política externa do período Médici (1969-1973) para o Cone Sul durante o período do chamado intervencionismo brasileiro na região. A partir de uma análise da atuação do Ministério das Relações Exteriores do país no Chile durante o governo Salvador Allende (1970-1973) com monitoramento de exilados e possível envolvimento do governo brasileiro no golpe que levou ao fim o projeto da Unidad Popular, o trabalho procura demonstrar a ligação entre um setor significativo do corpo diplomático brasileiro e o aparato da comunidade de informações do Regime Militar (1964-1985). Este trabalho também visa observar a continuidade entre as rupturas no que tange a política externa de um governo a outro com relação à América do Sul, guiada pelos ditames da Doutrina de Segurança Nacional.

Palavras Chave: Política Externa Brasileira; Ditadura Militar; Chile

¹ Doutoranda em Relações Internacionais pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Relações Internacionais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professora do curso de Relações Internacionais da Universidade Católica de Santos (UNISANTOS). E-mail: alessandra.castilho@usp.br

ABSTRACT

This article discusses the foreign policy of the Medici period (1969-1973) for the Southern Cone during the period of the so-called Brazilian interventionism in the region. As of an analysis of the work of Brazilian's Ministry of Foreign Affairs in Chile during the government of Salvador Allende (1970-1973) with monitoring of exiled and possible involvement of the Brazilian government in the coup that led to the end of the Unidad Popular project, this work seeks to demonstrate the link between a significant sector of the Brazilian diplomatic corps and the apparatus of the military regime's intelligence community (1964-1985). This work also aims to observe the continuity between the disruption when it comes to foreign policy of one government to another with regard to South America, guided by the dictates of the National Security Doctrine.

Keywords: Brazilian Foreign Policy; Military dictatorship; Chile

Introdução

No início da década de 1960 a política externa brasileira foi preconizada pela chamada Política Externa Independente (PEI), cujas principais diretrizes visavam - sem jamais abdicar da identidade do Brasil enquanto país ocidental - a procura de uma inserção internacional mais autônoma, de acordo com os interesses nacionais e longe da disputa entre os blocos de poder hegemônicos da Guerra Fria, tendo, como objetivo principal a superação do subdesenvolvimento. Outrossim, a PEI propagava a redução da dependência do país para com os países do centro do sistema capitalista, em especial os Estados Unidos (QUADROS, 1961).

O golpe civil-militar de 31 de março de 1964 representou uma ruptura no tecido social da sociedade brasileira, com o fim do período democrático vigente no país entre 1945 a 1964. Com o fim do chamado hiato democrático (FIGUEIREDO, 1980), tem-se o silenciamento das reivindicações populares que ganhavam espaço especialmente durante o governo nacional-reformista de João Goulart (1961-1964)

e um redirecionamento da nossa política externa, da busca por autonomia vista durante o período da PEI para uma visão ideológica das aproximações do Brasil no campo internacional, influenciada pela visão da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) formulada no interior da Escola Superior de Guerra (ESG).

Este artigo, derivado do último capítulo de nossa dissertação de mestrado, tem como objetivo analisar essa ideologização da política externa durante o período compreendido pelo ápice do intervencionismo brasileiro na América do Sul², durante o governo de Emílio Garrastazu Médici (1969-1973), em especial as atividades do corpo diplomático brasileiro no Chile durante o governo de Salvador Allende (1970-1973) até o golpe que iniciou a ditadura comandada por Augusto Pinochet. Assim, serão explicados a visão da Escola Superior de Guerra no que tange o campo das Relações Internacionais, como esta visão influenciou a política externa durante o período supracitado e, por fim, a análise do caso chileno sob este prisma.

A inserção internacional do Brasil sob a luz da Doutrina de Segurança Nacional

Criada em 1949, a Escola Superior de Guerra (ESG) surge com o propósito de ser o espaço de formulação de concepções geopolíticas e modelos de inserção estratégico-militar do Brasil (GONÇALVES; MIYAMOTO, 2000). Entre seus objetivos encontrava-se a formação de intelectuais orgânicos do pacto dominante, através de uma concepção elitista de política, política externa voltada ao alinhamento com os Estados Unidos e perpetuação de um modelo capitalista dependente.

Por concepção elitista de política ressalta-se a ideia de que as massas, inaptas a decidirem os rumos da nação, necessitavam da tutela de uma elite, aqui definida pela ESG como “conjunto de pessoas que, nos respectivos campos de atuação, destacam-se pelas suas aptidões, superiores as da média do referido grupo, sendo, por tal ou qual via, capazes de influir, socialmente, mais do que aquela média” (ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 1983, p. 46). Portanto, devido a uma formação histórico-cultural, as elites teriam uma maior capacidade de interpretação dos desafios e aspirações nacionais.

² Cf. HARMER, 2012.

A principal contribuição teórico-doutrinária da Escola Superior de Guerra deu-se pela criação da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), cujo principal expoente foi o general Golbery do Couto e Silva. Formulada no auge da Guerra Fria, a DSN contava com influências da geopolítica alemã, de pensadores nacionalistas e fortes doses de anticomunismo – itens de extrema importância para conceber a visão esguiana de Política Internacional.

De acordo com a visão da DSN, o conflito leste/oeste protagonizado entre Estados Unidos e União Soviética acabou por absorver todos os demais conflitos do sistema internacional. Assim sendo, não restando alternativa aos países periféricos aliar-se a um dos lados dada a inevitabilidade do fortalecimento das duas superpotências. O Brasil, dada sua posição geográfica, nada mais adiantaria fazer do que se tornar um satélite e vassalo dos Estados Unidos, a quem Golbery do Couto e Silva chama de “grande nação irmã do norte” (SILVA, 1952[1981], p. 49).

Calcando-se na ideia da defesa coletiva e integral, a DSN via como maior ameaça a segurança continental o avanço do comunismo e, portanto, caberia ao país aceitar de bom grado as responsabilidades que caberiam na defesa do ocidente – definido por Golbery do Couto e Silva pelo método científico enquanto ação, a democracia liberal enquanto modelo de organização política e a defesa do cristianismo enquanto padrão ético e moral de sociedade:

No momento atual, lança suas sombras pressagas, sobre o mundo todo, um antagonismo de proporções nunca antes vistas e que arregimenta o Ocidente democrático e o Oriente comunista em dois blocos já empenhados em interminável e porfiosa pendência. [...] E assim, não bastará nunca porfiemos simplesmente em manter o território nacional e a circunvizinhança imediata na América do Sul, imunes à infiltração persistente e mistificadora do comunismo ou a menos prováveis ataques diretos, dificilmente montados em força ou repetidos no tempo. Importará também – e muito – estarmos vigilantes e dispostos a cooperar se e quando necessário [...]. (SILVA, 1952[1981], p. 84-86)

Através da ideia de que o comunismo representaria uma ameaça e a Guerra Fria era fato consumado, a DSN considerava, assim, não haver mais espaço para isolamentos e/ou neutralidades no Sistema Internacional. A constante ameaça de uma guerra total e indivisível torna-se, assim, poderosa justificativa para a dissolução da fronteira entre política interna e política externa, legitimando, por exemplo, o uso das Forças Armadas contra os próprios cidadãos em âmbito interno enquanto estratégia de defesa. A partir da definição do comunismo enquanto principal ameaça ao país, a Doutrina de Segurança Nacional irá dividir o mundo e as escalas de aproximações do Brasil nos chamados hemisférios: áreas de influência da política externa brasileira a partir de aproximações geográficas. O primeiro hemisfério, denominado hemisfério interno, corresponderia às Américas, a África Ocidental e a Antártida, para Golbery “fronteiras decisivas da segurança sul-americana” (SILVA, 1952[1981] p. 82). O hemisfério externo corresponderia ao restante do mundo ocidental (Europa Ocidental e Oceania), bem como o restante da África, o Oriente Médio e o Japão. Por fim, há o chamado hemisfério perigoso, compreendendo União Soviética, Leste Europeu e China, os maiores inimigos de nossa civilização (idem).

Embora essa definição tenha ganhado maior destaque durante o governo militar de Castello Branco (1964-1966), através da imposição da Teoria dos Círculos Concêntricos, no que tange a América do Sul estas definições foram fundamentais para justificar a política externa intervencionista durante o Governo Médici, a ser analisado a seguir.

Médici e a Diplomacia do Interesse Nacional

A escolha de Emílio Garrastazu Médici para a presidência da república em outubro de 1969 representou a vitória da chamada linha dura das Forças Armadas perante os *castelistas*, grupo ligado ao general Castello Branco, com visão de mundo liberal-conservadora e tido como moderado dentro do seio das Forças Armadas. Médici havia sido nomeado adido militar em Washington e, logo após, tornou-se diretor do Serviço Nacional de Informações (SNI), onde deu parecer favorável ao Ato Institucional nº 5 (AI-5), durante o governo Costa e Silva (1967-1968).

Tem-se, então, o início dos chamados *anos de chumbo*, no qual o recrudescimento da repressão política leva a um escalonamento das ações da esquerda que a percebia como a realização das mais perversas previsões da utopia do impasse (REIS, 2014). Não obstante, é durante o governo Médici que se tem o menor grau de participação civil no Estado durante a ditadura, além do aumento dos gastos com Segurança e Defesa, que chegam ao ápice de 15,97% do orçamento nacional em 1971 (MATIAS, 2004).

Ao mesmo tempo, Médici lançou mão de um projeto nacional-desenvolvimentista ambicioso, que tinha como objetivo maior eliminar os óbices ao desenvolvimento nacional, de modo que o país se reencontrasse com o seu destino de ser potência. Respalado por uma situação internacional favorável, através da adoção de empréstimos estrangeiros, tem-se também o início do Milagre Econômico o qual, por meio de projetos de infraestrutura e facilitação do crédito às classes médias tradicionais, buscou modernizar o país. Apesar do modelo calcado na concentração de renda criou um dualismo na percepção do período pela população – para uma pequena parcela, aqueles eram os “anos dourados”:

A primeira metade dos anos 1970, considerados *anos de chumbo* [...] foram também *anos de ouro*, descortinando horizontes, abrindo fronteiras, geográficas e econômicas, movendo as pessoas em todas as direções da rosa dos ventos, para cima e para baixo nas escalas sociais, **anos obscuros para quem descia, mas cintilantes para os que ascendiam.** [...] Anos carregados de terror e medo, porém prenhes de fantasias esfuziantes, transmitidas pela televisão, em cores, alucinados anos, com seus magníficos desfiles carnavalescos e tigres e tigresas de toda sorte dançando ao som de frenéticos *dancin' days* (REIS, 2014, p. 91, grifo nosso).

Nada mais natural, portanto, que a política externa do período levasse em conta todos esses fatores: o combate ao inimigo comunista e a busca por inserção no rol dos países desenvolvidos. Através da ideia-força adotada pelo slogan *Brasil Potência* formulava-se uma política externa pragmática, “solitária” e ideologizada,

denominada Diplomacia do Interesse Nacional. Para que pudéssemos ingressar no seleto grupo dos países desenvolvidos, deveríamos abandonar a solidariedade terceiro-mundista apregoada durante o governo Costa e Silva, dado que, ao fim e ao cabo, ela levaria a uma ruptura do sistema capitalista e deveria, portanto, ser terminantemente rejeitada (MARTINS, 1975; VIZENTINI, 2008). Assim, passou a prezar-se pelo bilateralismo e a chamada “via solitária”:

O objetivo principal desta política [...] não era o de investir frontalmente contra os círculos de ferro do mundo capitalista, mas, ao contrário, o de lançar a nau do Estado brasileiro nas correntezas ascendentes que são inintencionalmente criadas pela dinâmica, não 100% perfeita, da auto-reprodução do sistema (MARTINS, 1975, p. 84).

O contexto regional do início dos anos 1970 mostrava um aumento de atividades de grupos de esquerda no Cone Sul, a exemplo do *Movimiento Izquierda Revolucionaria* (MIR) no Chile, o Movimento de Libertação Nacional Tupamaros (MLN-Tupamaros) no Uruguai e a dissidência armada da esquerda peronista na Argentina, os Montoneros. O aumento da repressão política no país faz crescer o número de exilados brasileiros nos países vizinhos. Na necessidade da continuidade da luta política, estes exilados irão se envolver com os movimentos de esquerda e/ou revolucionários nesses países, especialmente no Chile, onde a possibilidade de vitória de Salvador Allende nas eleições de 1970 dará um novo fôlego à militância expatriada (MARQUES, 2011).

Concomitantemente, a eleição de Richard Nixon para a presidência dos Estados Unidos em 1969 dará ao Brasil um novo papel no contexto hemisférico. Em contraponto à política externa de John F. Kennedy, calcada nos pressupostos da segurança hemisférica, em que a defesa do Ocidente ficaria a cargo dos Estados Unidos, Nixon e seu assessor de segurança nacional, Henry Kissinger, formulam a chamada Doutrina Nixon. Através do conceito de delegação, tem-se uma distribuição da responsabilidade da contenção do comunismo entre países chave que possuíssem influência regional e possibilidade de emergência enquanto possíveis líderes no século XX (SPEKTOR, 2009). Desta forma, para a América do Sul, escolheu-se o Brasil e não por acaso – Kissinger e Nixon criam que regimes

autoritários aliados eram capazes de melhor manter a ordem interna, garantindo assim previsibilidade para a Casa Branca. Além disso, a precisão cirúrgica com que a ditadura militar brasileira aniquilou a oposição armada ao mesmo tempo em que mantinha alto grau de consenso em torno do regime também foi fator decisivo para a escolha do Brasil na delegação da contenção do comunismo:

Sem dúvida, Nixon, Kissinger, os militares brasileiros [...] temiam o comunismo soviético. Mas temiam mais ainda situações revolucionárias espontâneas dentro de casa, que podiam ter caráter socialista, nacionalista ou simplesmente reformista. Para eles, fatores como o movimento estudantil – socialista ou não – podiam por si só, comprometer o equilíbrio de poder internacional. Desse modo, a política interna passava a ter significado estratégico global. (SPEKTOR, 2009, Edição Kindle, loc 208)

Entre 1970 e 1973 tem-se o período caracterizado como intervencionismo brasileiro marcado por ingerências na Bolívia, no Chile e no Uruguai (HARMER, 2012). Apesar da delegação feita pelos Estados Unidos, o combate à expansão do comunismo também era de importância estratégica para a sobrevivência do regime – havia um componente geopolítico de acordo com a DSN, em que um país comunista em nosso hemisfério interno era inconcebível e atrapalharia a consecução dos interesses nacionais do Brasil.

Através de uma análise de documentos do Ministério das Relações Exteriores disponíveis para consulta, percebe-se que uma ala considerável da diplomacia brasileira estava em concordância com os ideais esguianos. Para Matias Spektor (2009), a própria Diplomacia do Interesse Nacional e o conceito de “Brasil Potência” ocultavam

uma ideologia de desenvolvimento econômico sob a direção de um poderoso estado autoritário e suas autarquias, em que o objetivo não era aumentar a musculatura do país nas relações internacionais, mas assegurar algum grau de autonomia para levar adiante um projeto de modernização conservador (SPEKTOR, 2009, p. 45)

Percebe-se então, que o Brasil acreditava que a luta anticomunista poderia ser encaminhada através de uma agenda própria, sem coordenação prévia com os Estados Unidos, saindo do possível *script* desenhado pela Doutrina Nixon e seu conceito de delegação, sendo a atuação do corpo diplomático brasileiro no Chile durante o governo Salvador Allende um dos maiores exemplos.

O governo Allende: perigo real ou imaginário?

A Unidad Popular (UP), coalizão de esquerda, lança Salvador Allende candidato às eleições chilenas de 1970 em meio à grande efervescência política e social. O governo de Eduardo Frei, do Partido Demócrata Cristão (PDC) e seu programa, intitulado *Revolução em Liberdade* assentaram as bases para que a UP pudesse propor um programa que, através da via democrática, conduzisse o país ao socialismo – mais tarde conhecido como *via chilena* – com reais chances de vitória.

Para o Brasil, as eleições eram vistas com preocupação dado o grande número de brasileiros exilados no Chile – em abril de 1970 encontravam-se no país cerca de 300 brasileiros, “300 brasileiros entre asilados de jure, refugiados, ingressados como turistas ou clandestinamente” (ARQUIVO NACIONAL, p. 8)³. Para o Centro de Informações do Exterior (CIEX)⁴, o aumento do número de exilados seria resultante de dois fatores:

- i) Existência de uma chamada “caixinha”, sustentada por asilados que usufruem de cargos, bem remunerados em dólares, em organismos internacionais com sede no Chile como a CEPAL, OIT, etc.

³ ARQUIVO NACIONAL. CIEX. BR, AN. BSB, IE.05.4

⁴ O Centro de Informações do Exterior (CIEX), juntamente com a Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE) fazem parte do Sistema Nacional de Informações (SNI), criados respectivamente em 1966 e 1967. Serviam como o braço externo da busca e coleta de informações, com objetivo de monitorar exilados brasileiros e estrangeiros provenientes de países considerados subversivos, além de análises de conjuntura político-econômica dos países de interesse do Brasil, em especial a América do Sul, Leste Europeu, China e União Soviética.

ii) Possibilidades de contactos organizados com o PCChileno e outras organizações de esquerda, bem como as perspectivas otimistas de uma vitória eleitoral de SALVADOR ALLENDE, que teria prometido ao grupo de asilados encabeçado por ALMINO AFFONSO apoio a movimento tendente a derrubar o Governo brasileiro (ARQUIVO NACIONAL, p.8)⁵

Além da questão dos exilados brasileiros, havia também a preocupação geopolítica e estratégica. Ao analisar a política externa brasileira para o Cone Sul sob a luz da DSN, percebe-se que, para os militares, um país comunista em nosso hemisfério interno era inconcebível e atrapalharia a consecução dos interesses nacionais:

Sob o ponto de vista castrense, o controle do Atlântico Sul era de vital importância para os interesses estratégicos brasileiros. Obviamente porque, pensando as relações internacionais apenas em termos de conflito, a ótica militar privilegiava a vertente segurança em detrimento de outros interesses do país, primordialmente a diplomática. O medo do domínio comunista na região se fazia sentir de forma aguda. Justamente contra uma possível "influência nociva" sobre o mundo ocidental, afetando os "valores básicos da civilização cristã", a intervenção militar no debate deu ênfase a propostas de acordos regionais tentando tornar atraente o surgimento de órgãos anticomunistas na América do Sul [...] elucubrações feitas à luz das teorias geopolíticas conferiram grande importância da América do Sul na defesa do mundo ocidental, porque o estrategista tende sempre a considerar sua região como o "umbigo do mundo" ocupando, portanto, papel decisivo em qualquer conflito (GONÇALVES; MIYAMOTO, 2000, p. 199).

⁵ ARQUIVO NACIONAL. CIEX. BR, AN. BSB, IE.05.4

Esta visão dos interesses brasileiros na América do Sul, segundo Gonçalves e Miyamoto (2000), era considerada um ponto de discórdia entre a diplomacia e as forças armadas. Contudo, o acesso aos documentos da comunidade de informações do Itamaraty pode apontar em outra direção – que havia ao menos uma ala diplomática em concordância com a posição geopolítica das Forças Armadas e, portanto, foram extremamente atuantes durante a ditadura. O embaixador do Brasil no Chile, Antônio Cândido da Câmara Canto, nomeado em 1968, não escondia sua predileção frente à eleição do conservador Jorge Alessandri (BANDEIRA, 2008). Considerado parte da ala conservadora do Itamaraty, fez parte do grupo que participou das investigações no ministério pós AI-5 (BRASIL, 2014). Sua nomeação para a representação do Brasil em Santiago em momento de aumento da polarização política no país não parece ser coincidência.

A vitória de Allende em setembro de 1970 com 36,22% dos votos válidos referendados pelo Congresso após a negociação com o PDC de um estatuto de garantias democráticas - pois sistema político chileno prevê que o resultado da eleição deva ser referendado no congresso quando o vencedor não atinge 50% dos votos válidos naturalmente preocupa o governo brasileiro, visto a proposta de implementação do socialismo através da via democrática, com *vino y empanadas* (BANDEIRA, 2008).

A preocupação inicial era com a proximidade entre o presidente Allende e os exilados brasileiros. No início de 1971 tem-se a chegada no país dos setenta banidos brasileiros libertados em troca do embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher, sequestrado por um grupo da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Segundo reportagem do jornal O Estado de S. Paulo, de 17 de janeiro de 1971, sua chegada “constituiu apenas uma pausa na agitada vida política chilena, nesta semana” (SANTIBAÑEZ, 1971, p. 26)⁶, sendo as únicas condições impostas pela Unidad Popular para recebê-los “a mais estrita neutralidade em assuntos políticos internos e o compromisso de não formular declarações que possam prejudicar as boas relações do Chile com outras nações” (idem).

⁶ SANTIBAÑEZ, Abraham. *Chile, semana de muitos problemas*. GERAL. O Estado de S. Paulo, 17 de Janeiro de 1971, p. 26. Acervo Estadão. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19710117-29381-nac-0026-999-26-not/busca/CHILE+banidos>

Em documentos do Estado Maior das Forças Armadas (EMFA) os quais contavam com os pareceres do Itamaraty percebe-se o clima de apreensão frente a política chilena, em que o EMFA sugere que sugere que o Brasil não tome a frente, mas apoie qualquer tipo de iniciativa que “vise a preservação da segurança necessária” (ARQUIVO NACIONAL, p. 12)⁷. Atendendo a pedidos do presidente Médici, foi requerido um parecer ao MRE referente ao governo da Unidad Popular:

2. A evolução do regime instaurado no CHILE com a eleição e posse de SALVADOR ALLENDE é acompanhada com permanente atenção pelo Itamaraty, no dever de medir, com o máximo rigor, as oscilações perigosas que marcariam, conforme era previsto ,os primeiros passos do Governo alendista. Sua intenção conhecida e instalar o socialismo no CHILE e, mais ainda, favorecer sua contaminação no resto do Continente, para o que, obviamente, age com prudência, senão com dissimulação, nesta primeira fase de sua empresa. Até onde poderá, ou lhe será permitido chegar, é difícil prever, como é difícil fixar providencias ou diretrizes que devessem ser tomadas, antecipadamente, para fazer frente, sem o perigo de instiga-la, a ameaça chilena.

3. Por isso, endosso plenamente a opinião expressada pelo Senhor Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, na Exposição de Motivos ao Senhor Presidente da Republica que acompanha o Aviso de Vossa Excelência, a que neste momento respondo, no sentido de que **a atual conjuntura chilena é de expectativa, não devendo, por isso, nossa representação na JID assumir a iniciativa de promover medidas restritivas contra a Representação do CHILE. Mas, compartilho, igualmente, de seu criterioso parecer de que ao Representante brasileiro caberá apoiar qualquer ação que venha a tornar-se necessária para resguardar os estudos e planejamento relativos à segurança do Continente.** (ARQUIVO NACIONAL, p. 14, grifo nosso)⁸.

⁷ ARQUIVO NACIONAL. MRE. BR DFANBSB N8.0.PSN, EST.143

⁸ ARQUIVO NACIONAL. MRE. BR DFANBSB N8.0.PSN, EST.143

O SNI acreditava, em 1971, que o governo Allende deveria ser visto com cautela, mas ainda "somente uma ameaça", não podendo, ainda, caracterizar de forma definitiva os rumos que tomariam a via chilena para o socialismo. Porém, acrescentava:

- a "lição do CHILE" indica que os erros dos dirigentes democráticos podem abrir as portas das nações latino-americanas ao comunismo;
- a experiência socialista chilena constitui uma séria advertência para toda a AMÉRICA LATINA;
- a "contaminação chilena" já transpôs os ANDES e se faz sentir no PRATA-ARGENTINA e URUGUAI - com a formação das "frentes populares"; o modelo político andino, de acesso ao poder pela via eleitoral, vem sendo encarado com muita simpatia pelas esquerdas moderadas latino-americanas;
- a comunização chilena, se efetivada, poderá vir a provocar uma corrida armamentista nos países americanos e servir de base de irradiação da subversão, do terrorismo e da influência comunista russa no hemisfério;
- um sucesso da Administração ALLENDE servirá, também de reforço a posição política de FIDEL CASTRO;
- finalmente, o "ponto principal da análise do regime ALLENDE, e saber se ele convertera o CHILE num Estado Comunista militante - uma nova CUBA - ou seguirá uma política neutralista e socializante, sem provocar violentas insurreições internas ou destruir a estrutura democrática do País (ARQUIVO NACIONAL, p. 16)⁹

Até a eleição de Allende, o Chile não se encontrava na lista de prioridades da política externa brasileira. Sua eleição e a vigência da DSN com relação ao Cone Sul mudam esse cenário. Para o governo brasileiro, havia a necessidade de reconhecer que "a Segurança Nacional não pode ser alcançada em bases exclusivamente internas" (ARQUIVO NACIONAL, p. 27)¹⁰. A conclusão do documento redigido pelo SNI é a seguinte:

⁹ Ibid.

¹⁰ ARQUIVO NACIONAL. MRE. BR DFANBSB N8.0.PSN, EST.143

- O CHILE caminha aceleradamente para o Estado marxista, podendo vir a ser o agente de pressão comunista no Continente, cuja forma de atuação esta bem definida no Conceito Estratégico Nacional.

- Todas as medidas restritivas contra o CHILE, que vierem a ser tomadas, caso este ultimo se transforme em um pais comunista, contrapõe-se àquela pressão, e estarão em consonância com os Elementos Essenciais da Política Governamental. (ARQUIVO NACIONAL, p. 28, grifo nosso)¹¹

Durante o período, a relação entre a embaixada brasileira e a comunidade de exilados era praticamente nula. De acordo com Ricardo de Azevedo, militante da Ação Popular que esteve no Chile entre junho de 1972 a outubro de 1973, os exilados possuíam plena consciência da atuação dos funcionários do corpo diplomático da Embaixada do Brasil em Santiago, espionando a comunidade brasileira e utilizando-se de informantes infiltrados, além do confisco de passaporte e negação de visto¹². Informes do CIEX relatam, também a ida do delegado da polícia civil do antigo Estado da Guanabara, Ruy Dourado para o Chile em 1971 (ARQUIVO NACIONAL)¹³, onde serviria como colaborador do Itamaraty durante a gestão de Vasco Leitão da Cunha (BRASIL, 2014).

Os primeiros meses do governo Allende foram marcados por relativo sucesso, especialmente no que tange o controle da inflação. No campo da política externa, a UP tinha como objetivo o estabelecimento de uma política externa autônoma, não alinhada, soldada nos princípios da solidariedade latino-americana e aprofundamento das relações com o bloco soviético além de manutenção de relações cordiais com os Estados Unidos posto o caráter anti-imperialista e não anti-americanista do governo (SIGMUND, 1977; ARAVENA, 1997; BANDEIRA, 2008). Contudo, a análise de conjuntura da Unidad Popular reconhecia a sua posição desfavorável na América do Sul, cercada por governos hostis que não simpatizavam com o modelo da via chilena para o socialismo e contavam com o apoio dos Estados Unidos. Clodomiro Almeyda,

¹¹ Ibid.

¹² Entrevista realizada por telefone em 15 de julho de 2015.

¹³ ARQUIVO NACIONAL. CIEX: BR AN, BSB IE.06.1, p. 63/78

ministro das relações exteriores do governo Allende, tinha certeza de que o governo militar brasileiro era contrário à via chilena para o socialismo, podendo estimular atitudes de vizinhos contra o Chile, em especial a Bolívia (ALMEYDA, 1977).

O ano de 1971 foi marcado também pela aprovação das medidas polêmicas do programa da UP: as nacionalizações e a reforma agrária – tais políticas não pretendiam estatizar toda economia, mas dividi-la em áreas estratégicas para o desenvolvimento e que, portanto deveriam ser de propriedade estatal e áreas mistas nas quais haveria administração conjunta entre capital privado e estatal além de uma área de propriedade privada. Assim, foram nacionalizadas as mineradoras de cobre e bancos privados. No que tange a reforma agrária, inicialmente o programa da UP previa sua redistribuição de forma pacífica – contudo, tendências revolucionárias dentro do governo, formadas principalmente por membros do Movimiento Izquierda Revolucionaria (MIR) e das alas radicais do Partido Socialista entraram em conflito com o governo, apoiando ocupações de terra ilegais e questionando a viabilidade da transição para o socialismo através de reformas.

Em 1 de dezembro de 1971 houve no Chile a *Marcha de las Cacerolas Vacías*, inspirada na Marcha da Família com Deus pela Liberdade que antecedeu o golpe de 1964 no Brasil. Índícios mostram a ampla colaboração entre o complexo IPES/IBAD, braço civil do golpe de 1964 e a alta burguesia chilena para criar um clima de instabilidade política no país. Segundo Dreifuss (1981), “foram usadas enormes quantias para a deposição de S. Allende e empresários e executivos de grandes corporações do Brasil deram apoio financeiro” (DREIFUSS, 1981, p. 460). Dentro da comunidade de exilados brasileiros, já havia em 1971 apreensão com relação a possibilidade de golpe, visto como inevitável¹⁴.

A polarização política no Chile levou a um clima de instabilidade econômica facilitado pelo bloqueio invisível promovido pelo governo estadunidense. Dentro da Unidad Popular, a divisão entre o Partido Comunista Chileno (PCCh) e a ala moderada do PS, na qual se incluía Allende – que defendiam a revolução no marco da legalidade e respeito às instituições democráticas burguesas através de uma

¹⁴ Ver ARQUIVO NACIONAL. CIEX: BR AN, BSB IE 08.5

aliança com as classes médias e uma mobilização de massas organizada pelo partido – e movimentos radicais como o MIR, a ala à esquerda do PS e o Movimiento Acción Popular Unificada (MAPU), que defendiam a radicalização da revolução de forma a apressar a transição para o socialismo tornou-se cada vez mais intensa (ANGELL, 1977).

Em 1972 há o agravamento da crise econômica, com desabastecimento que fez com que houvesse aumento da importação de comida em 100 milhões de dólares e desequilíbrio da balança de pagamentos. Em novembro de 1971, graças ao uso pelo presidente Nixon da emenda Hickenlooper para barrar empréstimos das agências de fomento ao desenvolvimento, como o BID para o governo chileno – uma retaliação a nacionalização das minas de cobre controladas pelas empresas americanas Anaconda e Kennecott, Allende pediu a moratória da dívida chilena (SIGMUND, 1977). O chamado bloqueio invisível dos Estados Unidos trouxe benefícios comerciais para o Brasil, consolidando-o como principal exportador de manufaturas ao Chile, além de empréstimos concedidos pelo Banco do Brasil no valor de 64 milhões de dólares (ARQUIVO NACIONAL)¹⁵.

No mesmo ano, tem-se a greve patronal iniciada pelos empresários do setor de transporte em outubro, que mostrou a força dos grêmios, “associações de profissionais e empresários amplamente identificados com a direita e capazes de mobilizar sectores consideráveis da população chilena” (ANGELL, 1977, p. 284). O movimento gremialista foi capaz de aglutinar em torno de si não apenas as elites chilenas, mas uma ampla parcela da classe média que não se sentia representada pelo governo da Unidad Popular, ou que se sentia ameaçada pelos avanços sociais. Dona de posições tradicionalmente conservadoras, que cresceu com a expansão da burocracia estatal que criou uma classe média de servidores públicos, as classes médias chilenas foram capazes de ocupar posições autônomas perante o Estado e a grande burguesia, criando uma identidade de classe (ANGELL, 1977; ROUQUIÉ, 1984).

O discurso gremialista foi sentido inclusive na universidade. Segundo Quadrat (2010), o movimento gremialista universitário chileno, presente fortemente na Faculdade de Direito da Universidade Católica do Chile foi um dos principais focos de oposição ao governo da Unidad Popular, colocando em xeque o senso comum do Movimento Estudantil enquanto revolucionário.

¹⁵ ARQUIVO NACIONAL. MRE: BR DFANBSB N8.0.PSN EST.221

Os gremialistas chilenos se opunham à UP através de um discurso pretensamente apolítico e apartidário, corroborado pelo papel de oposição feito pela mídia chilena, em especial o jornal *El Mercurio*, cujos editoriais ajudavam a manipular certos mitos ideológicos como o Chile ser um país de classe média e fácil mobilidade social, cujos empresários eram a espinha dorsal da economia (ANGELL, 1977). A greve de outubro foi principalmente uma greve das classes médias. De fato, a pequena burguesia, detentora de pequenos negócios, apoiou a greve patronal e se via muito mais próxima ideologicamente da grande burguesia que dos chilenos para quem Allende dizia governar, ainda que distante desta em capacidade de poder econômico (SIGMUND, 1977).

Para conter a crise que se instaurava, Allende aceitou criar no dia 2 de novembro um ministério civil-militar, colocando o general Carlos Prats, constitucionalista, como Ministro do Interior e vice-presidente, negociando com as forças gremialistas e colocando um fim na greve de outubro. Quem assumiu o cargo de comandante-em-chefe interino do Exército foi o general Augusto Pinochet. A entrada das FFAA no governo levou à fratura da coalizão de esquerda e mostrou a inviabilidade de Allende governar o Chile sem o apoio das Forças Armadas (BANDEIRA, 2008). Pode-se dizer que o palco para o golpe de 11 de setembro do ano seguinte já estava armado, e tanto o Itamaraty quanto os exilados brasileiros no Chile acompanhavam atentamente a movimentação na política chilena.

Dentro da comunidade brasileira de exilados, o clima de tensão que já perdurava desde o início de 1972 aumentou com a greve de Outubro. Documento do CIEX datado de 18 de outubro de 1972 afirmava que rumores existiam entre os brasileiros acerca de um golpe militar. Segundo o mesmo, o presidente do PCCh, Luís Corvalán teria afirmado que uma resistência contra um golpe das FFAA não poderia ser mais do que simbólico e pediu para que os exilados estrangeiros se preparassem para voluntariar caso fosse necessário¹⁶.

A percepção da embaixada brasileira em Santiago, porém, era distinta. Segundo o documento nº 622, de 08 de novembro de 1972, que trata de uma análise de conjuntura da política interna chilena, o CIEX acreditava que, naquele momento, um golpe militar não era provável, visto que a UP ainda tinha o apoio de 40% da população, sendo um golpe militar algo de "difícil execução no momento" (ARQUIVO NACIONAL, p. 12)¹⁷. Segundo o CIEX,

¹⁶ ARQUIVO NACIONAL. CIEX: BR AN, BSB IE.09.3

¹⁷ ARQUIVO NACIONAL. CIEX: BR AN, BSB IE.09.4

Há pelo menos duas situações que poderiam levar a um golpe militar num futuro próximo. Uma seria a recusa da UP de aceitar uma solução de compromisso que pareça desejável e razoável aos chefes militares, especialmente ao General CARLOS PRATS. Outra seria uma súbita eclosão da violência que não possa ser controlada pela polícia chilena. Ambas situações são possíveis (ARQUIVO NACIONAL, p. 12)¹⁸.

Mais além, o informe afirma que os partidos de oposição, que apoiaram firmemente a greve, não estavam dispostos a negociar com o governo, esperando que a situação se deteriorasse por si só. No último item, a embaixada brasileira afirma que talvez apenas um golpe de estado deferido pelos militares seria capaz de salvar o Chile da "ruína":

A medida que se aproxima a hora da verdade para o Governo, os militares chilenos se vêem, a contragosto, no centro do palco e com irritação e descontentamento as circunstâncias que os forçaram a este envolvimento político. A decisão final sobre o destino do governo ALLENDE pode ser tomada pelo General PRATS, que se revelou um comandante-em-chefe (do Exército) altamente competente e bem-sucedido. Ele é um homem cauteloso, mas seu método laborioso de análise não significa que seja indeciso. Aparentemente, PRATS tomará suas decisões baseado numa clara concepção de suas responsabilidades para com o Exército e a Nação. Se as circunstâncias realmente o obrigarem a agir contra o governo, será porque não lhe restará alternativa e chegou à conclusão que tal passo é necessário para salvar o país da ruína política e econômica (ARQUIVO NACIONAL, p. 13-14)¹⁹.

¹⁸ Ibid.

¹⁹ Ibid.

A derrocada de Allende e a participação do Brasil no golpe

Os documentos do CIEX de fins de 1972 e início de 1973 indicam o monitoramento e a sondagem de opositores ao regime para um possível golpe, conquanto não afirmem o porquê da necessidade de contato do Itamaraty para com as pessoas citadas. O informe número 634, de 11 de novembro de 1972, traz dados referentes ao major Arturo Marshall - que se colocava enquanto oposição ao governo da UP dentro das FFAA - em que ele estaria procurando "adestrar" (sic) 2.000 chilenos para levar a cabo a "revolução" no Chile, e manifestaria tendências anti-comunistas e nacionalistas (ARQUIVO NACIONAL)²⁰.

O CIEX, em janeiro de 1973, fez um arrazoado de membros do corpo consular chileno, especialmente em São Paulo. O informe 008, de 3 de janeiro de 1973, sobre o novo cônsul-geral do Chile em São Paulo, Antonio Undurraga Perez-Cotapos, o CIEX é enfático: "O marginado é politicamente identificado com o Partido Nacional chileno; é anticomunista. É possível que, por esta e outras características **seja passível de recrutamento**" (ARQUIVO NACIONAL, p. 8, grifo nosso)²¹.

A partir de janeiro de 1973, informantes dentro da cúpula do governo, "elementos chilenos de boa penetração em círculos políticos e militares" (ARQUIVO NACIONAL, p. 61)²² começaram a produzir informes quinzenais para a embaixada. Conquanto não haja provas documentais concretas, não parece coincidência tal produção e a instauração do gabinete civil-militar após a greve patronal de outubro de 1972. O embaixador Câmara Canto possuía bom trânsito entre os militares e a direita chilena, logo, não sendo difícil perceber uma facilidade em conseguir informações internas de grau sigiloso. Estes informes indicam a expectativa referente às eleições parlamentares de março de 1973, cuja previsão era que a UP conseguisse de 39 a 45% dos votos e a oposição entre 55 e 60% dos votos. De qualquer forma, a análise conjuntural apontava para uma radicalização da esquerda e da direita na política:

²⁰ ARQUIVO NACIONAL. CIEX: BR AN, BSB IE.09.4

²¹ ARQUIVO NACIONAL. CIEX: BR, AN BSB.IE.10.1 62 p.

²² Ibid. 61/62.

[...] Aos grupos de extrema esquerda a confirmação de que ALLENDE é um governo minoritário significará, na prática, que a marcha para a completa socialização do país não poderá processar-se com a rapidez que desejam e continuará a obrigar o governo a um mínimo de compromisso e negociações com as correntes opositoras, mínimo este que a extrema esquerda talvez julgue inaceitável; b) para os grupos direitistas a não consecução da almejada maioria de 2/3, que lhes daria a possibilidade constitucional de promover o "impeachment" de ALLENDE, significará a destruição final dos suportes capitalistas e demais instituições jurídicas e sociais características do Estado democrático (ARQUIVO NACIONAL, p. 90)²³.

Para o CIEX, a participação das Forças Armadas no governo era um novo complicador do quadro político devido às tensões geradas no seio da UP, levando ao seu racha. Em uma análise ideológica, contudo, o informe afirma que a única força claramente de direita entre os militares era a Armada, com a Aeronáutica e o Exército em posições pouco claras ou ideologicamente divididas. Este documento, inclusive, coloca o General Augusto Pinochet como legalista; seguidor da doutrina Schneider e das posições constitucionalistas do general Prats (idem). As hipóteses acerca do destino do governo baseavam-se na ideia de que um equilíbrio precário de forças ainda era possível no curto prazo, mas já via a queda de Allende como inevitável.

É preciso ressaltar que alguns documentos colocam sob responsabilidade da esquerda chilena o início de um enfrentamento armado. Documento de 7 de março de 1973, informe nº 133/73 afirmava que cerca de 150 brasileiros já estariam organizados para um possível combate (ARQUIVO NACIONAL)²⁴. Percebe-se, porém, que se trata de uma organização reativa aos temores de golpe que já se delineavam no horizonte desde 1972. A esquerda chilena, inclusive, desconfiava de um apoio brasileiro ao golpe:

²³ ARQUIVO NACIONAL. CIEX: BR AN, BSB IE.10.2 p. 90/93

²⁴ ARQUIVO NACIONAL. CIEX: BR AN, BSB IE.10.3 p. 1/64

1. As esquerdas chilenas crêem que um eventual golpe militar no Chile teria início certamente a partir de Valparaíso, devido à oposição da Armada ao atual governo.
2. O ex-major ARTURO MARSHALL [...] estaria reunindo forças [...] em apoio a um eventual golpe militar contra ALLENDE.
3. Segundo fontes da esquerda chilena, o marginado contaria com respaldo logístico do Brasil. (ARQUIVO NACIONAL, p. 6)²⁵

Apesar da preocupação da esquerda chilena (e brasileira), Allende confiava demais na tradição constitucionalista das Forças Armadas. Em uma conversa com o exilado brasileiro Cândido Aragão, que expressou a preocupação da comunidade brasileira com relação a um possível golpe de estado contra a Unidad Popular, Allende respondeu: "*no hay problemas, pues en este país los gorillas son castrados al nacer*" (ARQUIVO NACIONAL, p. 19)²⁶. De fato, a política de Allende para as FFAA baseou-se plenamente na ideia de que havia dentro do meio castrense um respeito ao modelo democrático e constitucional, e o então presidente via a necessidade de promover uma inclusão das Forças Armadas no desenvolvimento econômico e social.

Em 29 de junho de 1973 houve um levante das Forças Armadas, que teve o apoio de um grupo paramilitar de extrema-direita Pátria y Libertad Patria y Libertad (SIGMUND, 1977; BANDEIRA, 2008). O general Prats, ao saber do acontecido conseguiu conter os insubordinados e a tentativa de golpe foi minimizada pelo presidente Allende, que cria que o levante havia sido organizado por um setor minoritário das Forças Armadas, sendo que a maioria ainda permanecia leal aos princípios democráticos (SIGMUND, 1977).

Segundo Bandeira (2008), o governo brasileiro tinha conhecimento da tentativa de golpe deferida em junho. Antes do *tanquetazo*, em 6 de junho de 1973, a DSI/MRE expediu um pedido de busca para coletar informações referentes ao general Prats, como contas no exterior, inclinações políticas e religiosas, possíveis problemas de saúde, idiomas falados, entre outros, com prazo de remessa dos dados obtidos até o dia 30 de julho de 1973. Tal pedido também foi feito acerca do ex-presidente Eduardo Frei (ARQUIVO NACIONAL)²⁷.

²⁵ ARQUIVO NACIONAL. CIEIX: BR AN, BSB IE.10.3 p. 6/64

²⁶ ARQUIVO NACIONAL. CIEIX: BR AN, BSB IE.10.4 p. 19/157

²⁷ ARQUIVO NACIONAL. DSI/MRE: BR AN, BSB Z4 ESN.1.1

Após o *tanquetazo* o embaixador Câmara Canto pediu para o governo brasileiro que concedesse asilo político a Eduardo Keymer Aguirre, integrante do grupo Patria y Libertad. Keymer Aguirre exilou-se na embaixada brasileira no dia 12 de julho de 1973, embarcando para o Brasil no dia 20 de Julho do mesmo ano, primeiramente para o Rio de Janeiro e depois para São Paulo (ARQUIVO NACIONAL)²⁸. Adolpho Corrêa Sá e Benevides, diretor do SNI, afirmou que “não há nada à objetar à concessão de asilo a Keymer Aguirre” (ARQUIVO NACIONAL, p. 9)²⁹. Segundo Câmara Canto, em telegrama secreto urgentíssimo destinado ao SNI no dia 12 de julho de 1973, o asilo era necessário pelo fato de Keymer Aguirre estar sendo processado pelos crimes de “rebelião militar e subtração de material de guerra do exército” (ARQUIVO NACIONAL, p. 20)³⁰. Segundo Moniz Bandeira (2008), outros integrantes do movimento Patria Y Libertad procuraram autoridades brasileiras, como Roberto Thieme, Eduardo Díaz Herrera e Manuel Fuentes que procuraram a Embaixada brasileira em Quito após exilarem-se no Equador e Pablo Rodriguez, que após o *tanquetazo* encontrava-se no México. Todos estes integrantes foram para o Brasil às vésperas do golpe de Estado.

As engrenagens já estavam funcionando a favor do golpe e a diplomacia brasileira possuía conhecimento do assunto. O informe CIEX nº 389/73 de 8 de agosto de 1973 relata uma reunião de altos chefes militares chilenos realizada no dia 3 do mesmo mês em Santiago, em cuja pauta se encontrava o “exame de várias medidas adotadas pelos militares brasileiros quando da Revolução de 31/MAR/64 a fim de determinar em que tal experiência poderia ser útil ao Chile” (ARQUIVO NACIONAL, p. 25)³¹. O informe CIEX 390/73 de 09 de agosto de 1973 afirma que “o Govêrno parece ter perdido virtualmente o controle do país” (ARQUIVO NACIONAL, p. 28)³² e, segundo o informe do dia 10 de agosto de 1973, “atualmente existe um verdadeiro consenso da oficialidade das Forças Armadas chilenas no sentido de que a única solução para o país é a intervenção militar,

²⁸ ARQUIVO NACIONAL. DSI/MRE: BR AN, BSB Z4 DPN.PES.11 22p.

²⁹ Ibid. 9/22

³⁰ Ibid. 20/22

³¹ ARQUIVO NACIONAL. CIEX: BR AN, BSB IE.11.1 p. 25/61

³² Ibid. p. 28/61

porém o problema continua sendo o de uma liderança efetiva do movimento” (ARQUIVO NACIONAL, p. 43)³³. No mesmo dia 10, outro integrante do grupo Patria Y Libertad, John Schaeffer Forbes, procurou a embaixada do Brasil em Quito a fim de viajar para o Brasil (idem)³⁴.

No dia 23 de agosto o General Carlos Prats renunciou ao cargo de Ministro do Interior e Comandante-em-chefe do Exército, passando o comando para o General Pinochet, que ocupava o cargo interinamente. Com a remoção do principal obstáculo ao golpe dentro das Forças Armadas, a queda de Allende tornou-se uma questão de tempo. No dia 11 de Setembro, deu-se o golpe de estado, iniciado com o levante da Armada em Valparaíso. O exército colocou em prática o Plano Hércules, assumindo o controle em todo o país das necessidades básicas, comunicações, linhas de abastecimento e as sedes da UP, dos partidos de esquerda e dos sindicatos. Em seguida, a Junta Militar, composta por Pinochet (Exército), César Mendoza (Carabineros), José Toribio Merino (Mairnha) e Gustavo Leigh (Aeronáutica) fez um pronunciamento exigindo a renúncia de Allende. Ele, sem intenção de renunciar, suicidou-se no Palácio de La Moneda (BANDEIRA, 2008).

Aos poucos se delineia a real dimensão da participação do Brasil na articulação do golpe de estado de 11 de setembro de 1973, embora a presente pesquisa tenha tido dificuldades de encontrar documentos que provem, *ipsis literis*, a atuação da diplomacia brasileira no mesmo. Segundo a compilação do Departamento de Estado norte-americano referente ao Chile durante o período 1969-1973, o país estaria disposto a ajudar tanto os Estados Unidos quanto os militares chilenos já em 1972, de acordo com o memorando de uma reunião ocorrida no Departamento de Estado em 17 de outubro de 1972: “Brazil would be willing to help the Chilean military in a post-coup situation, but Mr. Crimmins tended to discount Brazil’s willingness to do so because of its political sensitivity to possible charges of having sponsored the coup” (UNITED STATES OF AMERICA, 2014, p. 828).

A proximidade entre o embaixador Antônio Cândido da Câmara Canto e os membros da junta militar também é passível de atenção. Ricardo de Azevedo relatou que havia uma história entre os exilados

³³ Ibid. p. 43/61

³⁴ Ibid.

brasileiros em Santiago, de que o embaixador havia estourado champagne após a confirmação do golpe de 11 de setembro e era considerado o quinto membro da junta militar chilena³⁵, afirmação encontrada também nos trabalhos de Harmer (2012) e Moniz Bandeira (2008). Segundo o relatório final da Comissão Nacional da Verdade,

A proximidade entre o embaixador do Brasil em Santiago, Antônio Câmara Canto, e os militares que viriam a assumir o poder no Chile era notória. O embaixador dos Estados Unidos no Chile de 1967 a 1971, Eduard Korry declarou ante o senado norte-americano que tinha motivos para crer que os militares brasileiros aconselharam os chilenos. [...] A pesquisa da CNV deparou-se com uma série de telegramas do Consulado-Geral em Santiago ao longo dos anos do governo Allende, classificados à época como ultrassecretos e dirigidos ao gabinete do ministro Mário Gibson Barboza, com uso de codinomes e códigos, relativos a contatos com a oposição chilena e possível ação clandestina (referida como "operação de asfaltamento"), entrega de armas, etc. (BRASIL, 2014, p. 238).

Conforme reportagem da Revista Veja, de 13 de novembro de 1985, Allende sabia que a embaixada brasileira tinha uma atuação contrária a seu governo mais ostensiva que a própria embaixada estadunidense e estaria preparando uma denúncia contra a conexão brasileira uma semana antes do golpe. Nesta mesma reportagem, afirma que quando do golpe, Câmara Canto atendia o telefone dizendo "Nós ganhamos" (VEJA, 1985).

Após o golpe, o CIEX, no informe nº 452, do dia 20 de setembro de 1973, afirmava que o governo Allende foi um governo eleito por uma minoria empenhada em "impor ao país uma transformação radical repudiada por uma maioria" (ARQUIVO NACIONAL, p. 87)³⁶, analisando-o como anti-democrático:

³⁵ Entrevista realizada por telefone no dia 15 de julho de 2015

³⁶ ARQUIVO NACIONAL. CIEX: BR AN, BSB IE.11.2 p. 87/124

A tal situação, essencialmente anti-democrática, chegaram os chilenos em decorrência de um obstinado e equivocado apego aos aspectos puramente formais do jogo democrático. Essa miopia impedia até que a nação se desse conta da inviabilidade da chamada 'via chilena para o socialismo': transformar radicalmente a estrutura do país dentro dos quadros constitucionais (não-marxistas) com minoria parlamentar. A alternativa óbvia seria um auto-golpe, hipótese porém remota pela firme disposição constitucionalista das Forças Armadas chilenas [...]

Desde cedo, portanto, evidenciou-se que o poder de decisão da crise em rápida e crescente evolução estaria nas mãos dos militares, quer por iniciativa própria, quer por reação a um auto-golpe das esquerdas chilenas (ARQUIVO NACIONAL, p. 87-88)

No que tange ao reconhecimento da Junta Militar, o Brasil foi um dos primeiros países a fazê-lo. O governo estadunidense, embora tenha auxiliado no golpe de estado, demorou para reconhecer o governo porque segundo Jack Kubisch, Secretário de Estado Assistente para assuntos Inter-americanos do governo Nixon, em reunião do Grupo de Ações Especiais em Washington no dia 12 de setembro de 1973, "the biggest erros we have made in Latin America in recent years have involved too hasty recognition of military regimes – in Brazil, for example" (UNITED STATES OF AMERICA, 2014, p. 900). Assim, o reconhecimento primeiro do Brasil ajudaria os Estados Unidos segundo o então vice-secretário de Estado Kenneth Rush, que na mesma reunião afirmou: "we think we have a real opportunity to keep our hands off and to develop really good relations with the new government [...] The chances are they will probably turn first to Brazil for aid and we think this would be good for us too" (idem).

Um dos interesses do reconhecimento do novo governo pelo Brasil residia na questão dos exilados brasileiros no Chile. A junta militar instaurou um clima de terror poucos dias após o golpe e muitos chilenos começaram a delatar opositores do golpe, simpatizantes da Unidad Popular e estrangeiros que viviam no país, prática incitada pela ditadura (VILLAGRÁN, 2005). Após o golpe, os

exilados brasileiros asilaram-se nas mais distintas embaixadas, como a embaixada da Argentina, do Panamá e do México, movimento acompanhado de perto pela embaixada brasileira, que listou os nomes dos 108 exilados brasileiros asilados na embaixada argentina e dos nove asilados na embaixada mexicana (ARQUIVO NACIONAL)³⁷³⁸. Alguns exilados – 41, segundo documento nº473/73 de 28 de Setembro de 1973 – foram detidos e se encontravam no Estádio Nacional (ARQUIVO NACIONAL).

Durante o período em que estiveram presos no Estádio Nacional, os exilados brasileiros confirmaram a presença de agentes brasileiros da repressão no Chile, que os interrogaram e torturaram de forma arbitrária.

Em um prelúdio da Operação Condor, alguns dos brasileiros presos no Estádio Nacional desapareceram no Chile logo após o golpe, sendo eles: Túlio Roberto Cardoso Quintiliano, desaparecido no dia 12/09/1973; Nelson de Souza Kohl, desaparecido no dia 15/09/1973; Luiz Carlos de Almeida, desaparecido entre os dias 13 e 14/09/1973; Wânio José de Mattos, desaparecido no dia 15/10/1973³⁹ (BRASIL, 2014). Em um trecho censurado de uma reportagem do jornal O Estado de S. Paulo de 29 de setembro de 1973, diz-se o seguinte:

Pelo menos 50 brasileiros se encontram entre os detidos. Fontes diplomáticas disseram que muitos brasileiros que constavam da lista de presos, desapareceram do estádio, sem que as autoridades militares saibam explicar a razão. As mesmas fontes temiam pela sorte de sete brasileiros implicados no sequestro do embaixador suíço no Brasil. Acrescentaram que membros da polícia política do Brasil chegaram a Santiago há alguns dias e se mostraram muito ativos (O ESTADO DE S. PAULO, p. 5).

³⁷ ARQUIVO NACIONAL. CIEX: BR AN, BSB IE 11.2

³⁸ ARQUIVO NACIONAL. CIEX: BR AN, BSB IE.11.3

³⁹ Detalhes de seus desaparecimentos estão disponíveis no Volume 3 do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade.

Conclusão

Embora ainda cercado por muito silêncio por parte do corpo diplomático, a ação do Brasil na conspiração que culminou com o golpe de Estado de 11 de setembro de 1973 no Chile, derrubando o governo eleito de Salvador Allende fez parte de uma agenda político-militar que contou com todo o aparato de segurança e da comunidade de informações da Ditadura Militar brasileira com relação à América Latina.

A Doutrina de Segurança Nacional, embora enfraquecida nos governos subsequentes à administração Castello Branco enquanto paradigma dominante da Política Externa Brasileira continuou dando a tônica para a relação do Brasil com os países vizinhos. A teoria dos hemisférios, defendida por Golbery do Couto e Silva indica as áreas de influência primordial do Brasil, sendo a primeira o Cone Sul. As concepções de segurança coletiva, em que os países ocidentais deveriam dividir com os Estados Unidos a tarefa de combate ao inimigo comunista em um contexto de polarização Leste/Oeste, mudaram a percepção do Brasil quanto as principais ameaças ao território brasileiro.

A partir do momento em que o inimigo é alguém sem rosto, justifica-se a dissolução do binômio interno/externo. O combate ao "perigo comunista", tão bem orquestrado durante o governo Médici, com o aniquilamento da oposição revolucionária à ditadura, não deveria ficar restrito ao território nacional. A eleição de um governo assumidamente socialista dentro da área de influência do Brasil significaria não apenas a ascensão de um regime opositor dentro da esfera de influência do país, mas também colocaria em xeque a própria legitimidade de um regime que se estabelece através de um discurso salvacionista no qual, para salvar a democracia do comunismo, era preciso utilizar-se do seu contrário. Caso a missão da Unidad Popular fosse exitosa – a saber, uma transição democrática para o socialismo – a própria razão de ser da Ditadura Militar deixaria de existir.

Ademais, a atuação do Brasil não apenas no Chile em 1973, mas também na Bolívia e no Uruguai em 1971 abriram caminho para que, em 1975, fosse criada a Operação Condor, cooperação entre as ditaduras do continente visando a perseguição de elementos considerados subversivos. Embora a literatura existente indique que

a participação do Brasil na Condor foi secundária, sua existência só pôde ser concretizada graças ao envolvimento pregresso do país em golpes de Estado que minaram os regimes democráticos na região.

A posição do Ministério das Relações Exteriores quanto a relação de seus quadros – a exemplo do embaixador Antônio Cândido da Câmara Canto – com os agentes de repressão da ditadura militar precisa ser revista, dotada de maior transparência referente ao apoio do ministério à Ditadura Militar brasileira, uma contradição ao discurso oficial histórico da burocracia que afirma que o ministério não se envolve em querelas internas.

Bibliografia

ALMEYDA, Clodomiro. *La política exterior del Gobierno de la Unidad Popular (1977)*. Online. Disponível em: < http://www.socialismo-chileno.org/PS/index.php?option=com_content&task=view&id=292&Itemid=48>

ANGELL, Allan. Mobilização política e alianças de classes no Chile de 1970 a 1973. *Análise Social*, vol XIII (50), 1977-2º, p. 273-319. Disponível em: < <http://analisesocial.ics.ufl.pt/documentos/1223915534W4tDH2me5In74QH9.pdf> >

ARAVENA, Francisco Rojas. Chile: cambio político e inserción internacional 1964-1997. *Revista Estudios Internacionales* vol. 30, no. 119-120 (1997): Julio-Diciembre pp. 376-406. Disponível em: <http://www.revistas.uchile.cl/index.php/REI/article/viewPDFInterstitial/15129/19296>

ARQUIVO NACIONAL. CIEX. BR, AN. BSB, IE.05.4

ARQUIVO NACIONAL. CIEX: BR AN, BSB IE.06.1

ARQUIVO NACIONAL. CIEX: BR AN, BSB IE 08.5

ARQUIVO NACIONAL. CIEX: BR AN, BSB IE.09.3

ARQUIVO NACIONAL. CIEX: BR AN, BSB IE.09.4

ARQUIVO NACIONAL. CIEX: BR, AN BSB.IE.10.1

ARQUVO NACIONAL. CIEX: BR AN, BSB IE.10.3

ARQUVO NACIONAL. CIEX: BR AN, BSB IE.10.4

ARQUIVO NACIONAL. CIEX: BR AN, BSB IE 11.2

ARQUIVO NACIONAL. CIEX: BR AN, BSB IE.11.3

ARQUIVO NACIONAL. MRE. BR DFANBSB N8.0.PSN, EST.143

ARQUIVO NACIONAL. MRE: BR DFANBSB N8.0.PSN EST.221

AQUIVO NACIONAL. DSI/MRE: BR AN, BSB Z4 ESN.1.1

ARQUIVO NACIONAL. DSI/MRE: BR AN, BSB Z4 DPN.PES.11

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Fórmula para o Caos – A derrubada de Salvador Allende 1970-1973*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório*. Brasília: CNV, 2014

_____. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório – Volume III: Mortos e Desaparecidos Políticos*. Brasília: CNV, 2014.

COUTO E SILVA, Golbery do. *Conjuntura política nacional; o poder executivo e geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado – Ação Política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. *Manual Básico*. Rio de Janeiro, 1983.

FIGUEIREDO, Eurico de Lima. *Os militares e a democracia*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

GONÇALVES, Williams da Silva; MIYAMOTO, Shiguenoli. Os militares na política externa brasileira: 1964-1984. *Estudos Históricos*, v. 6, n. 12. Rio de Janeiro, 1993, p. 211-246.

_____. Militares, diplomatas e política externa no Brasil pós-64. In ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (org). *Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990) volume IV: Prioridades, Atores e Políticas*. São Paulo: NUPRI-USP, 2000.

HARMER, Tanya. Brazil's Cold War in the Southern Cone, 1970-1975. *Cold War History*, 12:4, 2012. p. 659-681. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/14682745.2011.641953>

MARQUES, Teresa Cristina Schneider. *Militância política e solidariedades transnacionais: a trajetória política dos exilados brasileiros no Chile e na França (1968-1979)*. Tese (Doutorado). Programa de pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2011. 272 p.

MATHIAS, Suzeley Kalil. *A militarização da burocracia – a participação militar na administração federal das comunicações e da educação 1963-1990*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

PÁGINA NEGRA – As tenebrosas transações do Itamaraty no Chile. *Veja*, 13 de novembro de 1985. Arquivo Ana Lagôa. Disponível em: < <http://www.arqanalagoa.ufscar.br/pdf/recortes/R03823.pdf>>

QUADRAT, Samantha Viz. A oposição juvenil à Unidad Popular. In QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise (orgs). *A construção social dos regimes autoritários – Legitimidade, consenso e consentimento no século XX – Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 521-562

QUADROS, Jânio. A nova política externa do Brasil. In FRANCO, Alvaro da Costa (org). *Documentos da Política Externa Independente – vol. 1*. Brasília:

FUNAG, 2007. p. 145-155

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

REIS, Fábio Wanderley. Consolidação Democrática e construção do Estado: Notas introdutórias e uma tese. In REIS, Fábio Wanderley; O'DONNELL, Guilherme (orgs). *A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas*. São Paulo: edições Vértice, 1988. p. 13-41

ROUQUIÉ, Alain. *O Estado militar na América Latina*. São Paulo: Alfa Ômega, 1984.

SANTIBAÑEZ, Abraham. *Chile, semana de muitos problemas*. O Estado de S. Paulo, 17 de Janeiro de 1971. GERAL. p. 26. Acervo Estadão. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19710117-29381-nac-0026-999-26-not/busca/CHILE+banidos>

SIGMUND, Paul E. *The Overthrow of Allende and the politics of Chile 1964-1973*. Pittsburgh: Pittsburgh University Press, 1977. Disponível em: <http://digital.library.pitt.edu/cgi-bin/t/text/text-idx?idno=31735057897013;view=toc;c=pittpress>

SPEKTOR, Matias. *Kissinger e o Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

UNITED STATES OF AMERICA. Department of State. Office of the Historian Bureau of Public Affairs. *Foreign Relations of the United States, 1969-1976, Volume XXI, Chile, 1969-1973*. Washington: United States Government Printing Office, 2014.

VILLAGRÁN, Fernando. Cuando el verdugo vistió de paisano. In VILLAGRÁN, F., AGÜERO, F., SALAZAR, M., DÉLANO, M. *Represión en ditadura: el papel de los civiles*. Santiago: Lom Ediciones, 2005.